

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS E ALUNOS SURDOS EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS ADAPTADOS SOB A PERSPECTIVA DE UMA PROFESSORA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E DE UM PROFESSOR DE HISTÓRIA BILÍNGUE (LIBRAS)

EDUCATION FOR DIVERSITY: THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES AND DEAF STUDENTS IN ADAPTED EDUCATIONAL SPACES FROM THE PERSPECTIVE OF A SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE TEACHER AND A BILINGUAL HISTORY TEACHER (LIBRAS)

EDUCACIÓN PARA LA DIVERSIDAD: LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD Y ESTUDIANTES SORDOS EN ESPACIOS EDUCATIVOS ADAPTADOS DESDE LA PERSPECTIVA DE UN DOCENTE DE SERVICIO EDUCATIVO ESPECIALIZADO Y UN DOCENTE BILINGÜE DE HISTORIA (LIBRAS)

Michele Teixeira Crestani Xavier¹
Marcus Vinicius Falcão Vidal Ayache²
Veronica Eloi de Almeida³
Alessandro Jatobá⁴

RESUMO: O artigo discute a importância da inclusão de estudantes com deficiência e estudantes surdos em espaços educacionais, a partir da perspectiva de uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de um professor de História bilíngue em Libras. O estudo destaca o histórico de exclusão dessas populações e os avanços promovidos por políticas como a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI-2015). O estudo analisa dois contextos inclusivos: o primeiro tem como foco estudantes com diferentes deficiências, abordando a importância das Tecnologias Assistivas, das metodologias colaborativas, e a formação docente; o segundo trata do ensino bilíngue para surdos defendendo a Libras como primeira língua e apontando desafios como a falta de materiais didáticos e intérpretes qualificados. O texto propõe práticas pedagógicas inovadoras, como o uso de recursos visuais e aprendizagem colaborativa, e defende a escola como espaço de acolhimento e valorização da diversidade. Com base nos teóricos Vygotsky, Piaget, Gardner e Larrosa, o artigo conclui que a educação inclusiva e bilíngue é um direito fundamental, um compromisso com a equidade e uma ferramenta essencial para formar cidadãos críticos, empáticos e preparados para uma sociedade mais justa e democrática. 1211

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação bilíngue. Libras. Aprendizagem colaborativa.

¹Mestranda Unicarioca.

²Mestrando Unicarioca.

³Docente Unicarioca.

⁴Docente Unicarioca, Professor Orientador, pesquisador da Fiocruz.

ABSTRACT: This article discusses the importance of including students with disabilities and deaf students in educational settings, from the perspective of a Specialized Educational Assistance (AEE) teacher and a bilingual History teacher in Libras. The study highlights the history of exclusion of these populations and the advances promoted by policies such as the Salamanca Declaration (1994) and the Brazilian Inclusion Law (LBI-2015). The study analyzes two inclusive contexts: the first focuses on students with different disabilities, addressing the importance of Assistive Technologies, collaborative methodologies, and teacher training; the second deals with bilingual education for deaf students, defending Libras as the first language and pointing out challenges such as the lack of teaching materials and qualified interpreters. The text proposes innovative pedagogical practices, such as the use of visual resources and collaborative learning, and defends the school as a space for welcoming and valuing diversity. Based on theorists Vygotsky, Piaget, Gardner and Larrosa, the article concludes that inclusive and bilingual education is a fundamental right, a commitment to equity and an essential tool for forming critical, empathetic citizens prepared for a more just and democratic society.

Keywords: Inclusive education. bilingual education. Libras. Collaborative learning.

RESUMEN: Este artículo aborda la importancia de la inclusión de estudiantes con discapacidad y estudiantes sordos en entornos educativos, desde la perspectiva de una docente de Asistencia Educativa Especializada (AEE) y una docente bilingüe de Historia en Libras. El estudio destaca la historia de exclusión de estas poblaciones y los avances promovidos por políticas como la Declaración de Salamanca (1994) y la Ley de Inclusión Brasileña (LBI-2015). El estudio analiza dos contextos inclusivos: el primero se centra en estudiantes con diferentes discapacidades, abordando la importancia de las Tecnologías de Apoyo, las metodologías colaborativas y la formación docente; el segundo aborda la educación bilingüe para estudiantes sordos, defendiendo Libras como primera lengua y señalando desafíos como la falta de materiales didácticos e intérpretes cualificados. El texto propone prácticas pedagógicas innovadoras, como el uso de recursos visuales y el aprendizaje colaborativo, y defiende la escuela como un espacio para la acogida y la valoración de la diversidad. Basado en los teóricos Vygotsky, Piaget, Gardner y Larrosa, el artículo concluye que la educación inclusiva y bilingüe es un derecho fundamental, un compromiso con la equidad y una herramienta esencial para formar ciudadanos críticos y empáticos, preparados para una sociedad más justa y democrática.

1212

Palabras clave: Educación inclusiva. Educación bilingüe. Libras. Aprendizaje colaborativo.

INTRODUÇÃO

Ao observar a história percebemos que a educação de pessoas com deficiência foi marcada por décadas e décadas de exclusão e segregação. Durante vários anos, crianças com deficiência eram frequentemente colocadas em instituições isoladas, longe da convivência com seus pares e até mesmo familiares. Segundo Miranda (2003, p2) “Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido as suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais”.

Essa realidade começou a mudar aproximadamente a partir da segunda metade do século XX, com movimentos sociais e legislativos que promoveram a inclusão como um direito humano essencial.

Um marco importante nesse processo foi a Declaração de Salamanca, aprovada no ano de 1994, pois ela defendeu a inclusão educacional como um caminho para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, pudessem aprender juntos em um ambiente comum, isto é, no ensino regular. Desde então, diversos países, incluindo o Brasil, têm adotado políticas de inclusão em suas legislações educacionais. Após esta Declaração, iniciou-se uma grande busca por práticas que se coadunem de fato com a inclusão integral e a convivência com a diversidade.

A inclusão de pessoas com deficiência na educação tem um impacto significativo não apenas no desenvolvimento individual dos alunos, mas também na sociedade como um todo, pois quando crianças com e sem deficiência aprendem juntas, elas têm a oportunidade de desenvolver empatia, respeito e habilidades sociais que são fundamentais para a convivência em sociedade.

Além disso, a educação inclusiva contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a justiça social. Ao reconhecer e valorizar a diversidade, a sociedade como um todo se torna mais tolerante e inclusiva, promovendo assim a equidade. Miranda (2003, p6), afirma que:

“Reconhecemos que trabalhar com classes heterogêneas que acolhem todas as diferenças traz inúmeros benefícios ao desenvolvimento das crianças deficientes e também as não deficientes, na medida em que estas têm a oportunidade de vivenciar a importância do valor da troca e da cooperação nas interações humanas. Portanto, para que as diferenças sejam respeitadas e se aprenda a viver na diversidade, é necessária uma nova concepção de escola, de aluno, de ensinar e de aprender”.

Em diversos lugares ao redor do mundo, existem exemplos inspiradores de práticas inclusivas que têm se mostrado eficazes. Em países como a Finlândia, por exemplo, a Educação Inclusiva é uma prioridade e conta com uma “abordagem pedagógica inclusiva adaptando o ensino às necessidades individuais de cada aluno.” (Educare Box, 2023). O país realiza investimentos significativos em formação de professores e recursos para escolas. Esse modelo tem gerado resultados positivos em termos de desempenho acadêmico e bem-estar dos alunos.

No Brasil, algumas escolas têm se destacado por implementar programas inclusivos que respeitam a diversidade e promovem a participação de todos os alunos. Essas experiências

mostram que, com a vontade política, a formação adequada e o envolvimento da comunidade, é possível transformar o cenário educacional.

Em 2015, houve a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015, que vem fortalecer a inclusão garantindo que pessoas com deficiência exerçam seus direitos em igualdade de condições, quando delega ao poder público a responsabilidade de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o aprimoramento do sistema educacional inclusivo, quando o responsabiliza pela formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional e quando lhe encarrega de disponibilizar o acesso a jogos e atividades recreativas. A implementação deste Estatuto, contribui para a transformação da realidade de muitas pessoas com deficiência, um exemplo é a reserva de vagas nas empresas com mais de 100 funcionários, o direito ao atendimento prioritário, a acessibilidade, a educação, a saúde...

O artigo tem como objetivo explorar duas tipologias de ambientes inclusivos, cada uma com um foco específico, a fim de analisar como adaptações e metodologias podem efetivamente atender às diferentes necessidades dos alunos desses grupos. O primeiro ambiente inclusivo é focado em alunos neurodivergentes/atípicos, abrangendo uma ampla variedade de condições; entre elas, estão incluídas as deficiências físicas, cognitivas, emocionais e de desenvolvimento. 1214 Nesse contexto, o artigo se concentra nas adaptações e recursos pedagógicos, como o uso de Tecnologias Assistivas e metodologias colaborativas, que permitem que esses alunos atuem como participantes plenos do processo de ensino-aprendizagem. O objetivo é apontar como a inclusão proporciona benefícios tanto para os alunos atípicos quanto para toda a comunidade escolar, formando um ambiente mais justo e amigável. O segundo ambiente inclusivo descrito no artigo é o dos alunos surdos. Ele ressalta que a principal ferramenta de comunicação e método de ensino é a Língua Brasileira de Sinais, ou Libras.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi a pesquisa de caráter bibliográfico e pretende um mapear preliminar da temática Educação Especial Inclusiva e Ensino Colaborativo em pesquisas realizadas entre 2017 e 2024. Essa pesquisa objetiva descrever em linhas gerais como o assunto está sendo tematizado. De acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

DESENVOLVIMENTO

A Educação Especial Inclusiva tem o objetivo de promover a integração de estudantes com deficiência em ambientes regulares de ensino, proporcionando o respeito às diferenças e reconhecendo a diversidade. De acordo com Mantoan, (2022, p.7),

“A educação inclusiva é intransigente na defesa do acesso incondicional de todos os alunos à educação, por ter como mote a hospitalidade absoluta- essa acolhida que ultrapassa os direitos e se apegue a eles, para manter-se ainda mais forte”.

Este enfoque beneficia os alunos com Deficiência, mas também enriquece a experiência de aprendizado de todos os demais estudantes. A Educação Especial Inclusiva é um conceito fundamentado na promoção do direito à educação para todos os indivíduos, independente de suas capacidades, necessidades ou desafios. Essa abordagem educativa reconhece a diversidade dos estudantes e busca garantir que todos tenham acesso a um ambiente educacional seguro que respeite e valorize suas singularidades e acima de tudo desperte nos estudantes o sentimento de pertencimento, promovendo assim, o seu desenvolvimento integral. Uma escola verdadeiramente inclusiva, deve contar com professores que se compreendam como mediadores do conhecimento e também das emoções, professores hábeis em trabalhar com a diversidade em todos os espaços escolares, características que apontam práticas de ensino mais humanizadas, que contribuem para o aumento do engajamento e motivação dos estudantes. O que nos remete a Faitain, (apud Nozi 2017), quando diz que:

“Os professores ao assumirem o compromisso de atuar na perspectiva da educação inclusiva, demandarão o aprendizado do acolhimento de diferentes alunos, buscando compreender, enfrentar e superar os estereótipos existentes em relação às minorias, no caso, os alunos com deficiência, procurando nos desafios as perspectivas de uma escola pública, democrática e aberta à diversidade dos alunos, tendo isso como princípio norteador de sua práxis pedagógica”. (FAITANIN,2010, p.15. Apud NOZI, 2017)

Adaptar o ensino para atender à diversidade dos estudantes é essencial para a criação de uma educação inclusiva e democrática. Entre os desafios dessa adaptação estão a formação contínua dos professores, a necessidade de recursos de Tecnologia Assistiva, a implementação de práticas pedagógicas colaborativas e a criação de redes de apoio que possibilitem o desenvolvimento de metodologias eficazes. O Ministério da Educação (BRASIL, 2008) ressalta a importância de práticas colaborativas e da interdependência entre alunos com e sem deficiência, facilitando um ambiente que seja acolhedor e acessível para todos.

A importância dessa adaptação vai além do desenvolvimento acadêmico dos alunos com deficiência. A inclusão educacional beneficia toda a comunidade escolar, pois promove o

respeito às diferenças, a empatia e o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. Quando alunos com diferentes capacidades aprendem juntos, eles têm a oportunidade de interagir, cooperar e aprender uns com os outros, o que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Conforme abordado no livro *Tecnodocências: a sala de aula como invenção de mundos*, a sala de aula se torna um espaço de invenção e colaboração quando os docentes assumem o papel de facilitadores, incentivando o processo de "aprender a aprender" e adaptando o ensino para que cada aluno possa se desenvolver em suas singularidades (Behrens, 2000). Essa abordagem permite que todos tenham acesso igualitário ao conhecimento, garantindo que o ambiente escolar seja realmente inclusivo e que respeite as potencialidades de cada indivíduo.

Esse conceito visa não apenas garantir o direito à educação para todos, mas também enriquecer a experiência de aprendizado de todos os alunos, promovendo a colaboração entre eles. A inclusão educacional possibilita a convivência de alunos com diferentes habilidades e necessidades, incentivando o desenvolvimento de empatia, respeito e habilidades sociais. Conforme discutido em *Tecnodocências: a sala de aula como invenção de mundos*, a sala de aula se transforma em um espaço de invenção e reinvenção, onde cada aluno, independentemente de suas capacidades, é estimulado a participar e contribuir para o coletivo, promovendo uma experiência educacional que valoriza a singularidade de cada indivíduo.

1216

O ensino bilíngue para alunos surdos nas escolas brasileiras surge como uma resposta às necessidades linguísticas e culturais específicas desse grupo. Essa abordagem adota a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1), garantindo que os alunos tenham acesso ao conteúdo educacional em sua língua natural, enquanto o português é ensinado como segunda língua (L2), na modalidade escrita. Esse modelo de ensino é essencial para que os estudantes surdos possam desenvolver suas competências acadêmicas e cognitivas de forma mais eficaz, sem que sua experiência educacional seja limitada pela barreira da língua oral. De acordo com a Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, o ensino bilíngue assegura que os alunos surdos possam aprender de maneira inclusiva, respeitando sua identidade linguística e cultural (BRASIL, 2002; 2005).

Apesar dos avanços, o ensino bilíngue para surdos enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere às barreiras linguísticas e à falta de recursos adequados. Um dos principais obstáculos é a escassez de material didático bilíngue; a maioria dos materiais educacionais ainda é elaborada em português escrito, sem adaptação para Libras, o que dificulta o acesso pleno dos alunos ao conteúdo. A qualificação de intérpretes também é um desafio, pois

muitos intérpretes não têm o preparo necessário para traduzir conceitos complexos, especialmente nas disciplinas de Ciências Humanas, o que pode gerar lacunas na compreensão.

Para superar essas barreiras, algumas práticas pedagógicas podem ser adotadas. O uso de recursos visuais, como infográficos e imagens, é eficaz para facilitar a compreensão de conceitos abstratos. Vídeos em Libras e conteúdos multimídia adaptados também podem enriquecer o aprendizado, proporcionando um suporte visual que ajuda a ilustrar temas complexos. Além disso, estratégias que promovem a participação ativa e a interação social em sala de aula são essenciais. Táticas como discussões em grupo, atividades colaborativas e o uso de tecnologias assistivas permitem que os alunos surdos se envolvam de forma mais direta no processo de aprendizado, garantindo que sua experiência seja inclusiva e significativa.

A escola é um universo e conta com estudantes de grupos sociais e culturais bem diversos em seu interior e sempre será assim, é impossível eliminar a diversidade e essa eliminação não seria algo interessante, pois é na diversidade que crescemos, que trocamos experiências e aumentamos nossa bagagem cultural, social e emocional. Para este elevar de nossos saberes é necessário corroborar com Larrosa (2002), quando diz que a experiência é algo separado da informação, sendo a experiência aquilo que se passa conosco e nos leva a reflexão e por conseguinte, ao conhecimento. Larrosa (2002, p.19), nos convida a “pensar a educação a partir do par experiência/sentido”, isto é, atribuir um significado às vivências/experiências para que realmente ocorra um processo de internalização da aprendizagem, que precisa ter erros e acertos para aprendermos a lidar com as diversas situações da vida. Larrosa, faz uma comparação entre a experiência e a informação, ele nos fala como a experiência é adquirida através da vivência, de um tempo de aprendizagem, que hoje foi nos tirado, pela velocidade das informações. Larrosa, nos leva a refletir ainda sobre a informação, informação que se faz diferente da experiência por não haver vivência, pois quando duas pessoas passam por uma experiência, cada uma terá a sua opinião e a informação faz com que as pessoas se apropriem dela e tenham opiniões sem ter passado pela vivência. Para Larrosa (2017, p. 21), “a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência”.

A base teórica que sustenta a Educação Especial Inclusiva é encontrada em diversas correntes pedagógicas e estudos acadêmicos. Entre os principais autores e teorias que contribuem para essa discussão estão: Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal, A teoria de Vygotsky enfatiza a importância da interação social no processo de aprendizagem, evidenciando que os alunos podem alcançar níveis mais elevados de conhecimento por meio da colaboração. Colaboração esta que se mostra em evidência quando Vygotsky explica sobre a

Zona de Desenvolvimento Proximal, como sendo um intervalo. “...aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã”. (Vygotsky, 1989, p.98).

Na teoria de Piaget, temos sua abordagem construtivista que destaca a importância do aluno como agente ativo em seu aprendizado, o que é fundamental para o desenvolvimento de práticas inclusivas.

A Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner, vem ampliar a visão sobre a capacidade humana, defendendo que diferentes tipos de inteligência devem ser reconhecidos e valorizados no contexto educacional.

Comparação das Abordagens Inclusivas em Educação Especial e Ensino Bilíngue

A educação especial inclusiva e o ensino bilíngue para alunos surdos compartilham o objetivo central de promover a inclusão, porém enfrentam desafios distintos para atingir esse propósito. Na educação especial, o enfoque está em adaptar metodologias para atender a uma ampla gama de deficiências e necessidades, visando a criação de um ambiente acolhedor e acessível. Isso inclui a personalização de recursos e estratégias pedagógicas, como o uso de tecnologias assistivas e o incentivo ao ensino colaborativo, para assegurar que todos os alunos tenham condições igualitárias de participação. Esse modelo requer uma adaptação contínua e flexível do currículo e das práticas educacionais para contemplar as diversas singularidades dos estudantes.

No ensino bilíngue em Libras, por outro lado, a ênfase é na acessibilidade linguística e cultural para alunos surdos, respeitando sua identidade e promovendo a Libras como primeira língua (L1), enquanto o português escrito é ensinado como segunda língua (L2). Esse modelo bilíngue visa proporcionar uma educação que não apenas assegure o acesso ao conhecimento, mas também respeite a cultura surda e a singularidade linguística dos alunos. Contudo, desafios significativos persistem, como a falta de material didático adaptado para Libras, a necessidade de intérpretes qualificados e a escassez de professores fluentes em Libras. Esses obstáculos limitam o acesso dos alunos surdos ao conteúdo de forma plena e, muitas vezes, dificultam sua integração no ambiente escolar.

A colaboração entre alunos pode ser um elemento-chave em ambos os contextos, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e dinâmico. Na educação especial, o ensino colaborativo se mostra essencial para fortalecer as habilidades sociais e a empatia entre alunos com e sem deficiências. Práticas como a interdependência positiva e a responsabilidade

individual e do grupo incentivam os alunos a trabalhar juntos, criando uma sensação de apoio mútuo e fortalecendo o sentimento de pertencimento entre todos os envolvidos.

No ensino bilíngue para alunos surdos, a colaboração entre alunos também pode ser incentivada, por meio de atividades que promovam a interação entre alunos surdos e ouvintes, possibilitando a troca de experiências e a valorização da diversidade linguística. O uso de recursos visuais e a realização de debates em Libras e português podem promover o aprendizado cooperativo, onde alunos ouvintes e surdos aprendem a respeitar e valorizar as diferenças linguísticas e culturais. Essa troca é enriquecedora para todos, pois promove a inclusão e contribui para a formação de uma comunidade escolar mais justa e equitativa.

Ao incentivar práticas colaborativas em ambos os contextos, é possível não apenas superar barreiras, mas também enriquecer a experiência educacional para todos os estudantes, proporcionando um ambiente onde a diversidade é valorizada e o aprendizado coletivo é priorizado.

CONCLUSÃO

A construção de um ambiente educacional inclusivo e adaptado é essencial para assegurar uma educação equitativa e para reconhecer e respeitar as singularidades de cada aluno. 1219 Tanto a educação especial inclusiva quanto o ensino bilíngue em Libras são caminhos fundamentais para promover a acessibilidade e a valorização da diversidade cultural e linguística, possibilitando que todos os alunos, com ou sem deficiência, possam participar plenamente do processo educativo.

No contexto da educação especial, a inclusão se realiza por meio de práticas pedagógicas que adaptam as metodologias de ensino para contemplar uma ampla gama de necessidades, utilizando tecnologias assistivas, metodologias colaborativas e práticas interativas. No ensino bilíngue para alunos surdos, a acessibilidade linguística se torna um aspecto central, com a Libras reconhecida como primeira língua (L₁) e o português escrito como segunda língua (L₂). Esse modelo assegura que os alunos surdos tenham acesso ao conteúdo educacional em sua língua natural, respeitando sua identidade cultural e fortalecendo sua participação social.

Ambos os contextos enfrentam desafios, como a escassez de materiais adaptados, a falta de formação adequada para professores e intérpretes, e a necessidade de desenvolver recursos pedagógicos que facilitem o aprendizado e a interação social. No entanto, ao promover práticas colaborativas que incentivem a interação entre alunos de diferentes habilidades e experiências,

a escola pode criar um espaço mais acolhedor e formativo, onde a empatia e o respeito mútuo floresçam.

Portanto, a educação inclusiva e bilíngue não é apenas uma prática pedagógica, mas um compromisso com os princípios de cidadania, equidade e justiça social. Promover uma escola que respeite a diversidade e que reconheça o valor da colaboração é um passo essencial para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a transformação social e o respeito à diversidade. A implementação efetiva dessas abordagens não só enriquece o ambiente educacional, mas também prepara todos os alunos para viver e contribuir em uma sociedade mais inclusiva e democrática.

A educação especial inclusiva é um direito fundamental que deve ser garantido a todos os indivíduos. Embora existam desafios significativos, as possibilidades de promover uma educação que respeite a diversidade são imensas. Ao adotar práticas pedagógicas inclusivas, investir na formação de educadores e fomentar a participação das famílias e da comunidade, é possível construir um sistema educacional mais justo e equitativo.

A inclusão não é apenas uma questão de justiça social; é também uma questão de humanidade. Ao educarmos juntos, criamos um futuro em que todas as pessoas, independente de suas capacidades, possam contribuir e prosperar na sociedade. A educação inclusiva é um passo essencial para alcançarmos esse objetivo, promovendo a convivência, a empatia e o respeito às diferenças.

1220

Por fim, é fundamental que os professores e a comunidade escolar estejam engajados em práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade cultural e linguística dos alunos surdos, criando um ambiente educativo acessível e inclusivo. Além desses desafios ao ensino bilíngue para alunos surdos, há escolas que vem se destacando na implementação de práticas pedagógicas que valorizam a identidade e a Cultura Surda. Agora apresentaremos alguns exemplos de escolas bilíngues inspiradoras que utilizam metodologias com abordagens inovadoras.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, Maria Aparecida. **Projetos de Aprendizagem Colaborativa num Paradigma Emergente**. In: MORAN, José Manuel. *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BONDÍA, Jorge Larrosa, *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística, 2002.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais*. Brasília: Conselho Nacional de Educação: 2009.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: 2005.

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: 2002.

BRASIL. *Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

CANDAU, Vera Maria. *Educação Intercultural na América Latina: Memórias, Desafios e Perspectivas*. Educação e Pesquisa, 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. *Metodologia Científica*, 6^a ed, São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.

<https://www.agendadigitaleducarebox.com/educacao-na-finlandia-principais-aprendizados/>

Garcia, Rosalba Maria C. e Michels Maria Helena. *A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15- educação especial da ANPED*. UFSC, Centro de Ciências em Educação, departamento de estudos Especializados em Educação, Santa Catarina, Brasil, 2011.

GOVERNO FEDERAL - INES. *Instituto Nacional de Educação de Surdos: Experiências em Educação Bilíngue*. Rio de Janeiro, 2021.

1221

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. *Uma escola hospitalar*. Revista de Estudos Aplicados em Educação, 2022.

Miranda, Arlete A. Bertoldo. *História, deficiência e educação especial*. Unimep, 2003.

NOZI, Gislaine S.. VITALIANO, Célia Regina. *Saberes de professores propícios à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais: condições para sua construção*. Revista de Educação Especial, v.30, n.59, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Eduardo Nolasco.. *Tecnodocências: a sala de aula como invenção de mundos*. 1^a edição, Salvador-BA: Devires, [Ano].

UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994.

VYGOTSKÝ, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.